

Experiência profissional relevante para o exercício do cargo

De 13 de maio a 30 de dezembro de 2013 — Secretária Pessoal do Inspetor-Geral, da Inspeção-Geral de Finanças — IGF, integrando também um Grupo de Trabalho que visava a reavaliação das tarefas e rotinas associadas aos diversos sistemas de informação da IGF, bem como a consistência de manuais de procedimentos e de gestão logística e normas e práticas orientadoras do exercício da missão daquele organismo, bem como a simplificação da carga administrativa associada a tarefas, rotinas e circuitos existentes e, os procedimentos dos arquivos físico e digital;

De 21 de junho de 2011 a 12 de maio de 2013 — Técnica Superior em regime de Mobilidade Intercarreiras, onde foi Coordenadora Executiva da *Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm — RARHA*, da Comissão europeia; Secretária da Diretora do Departamento de Intervenção e Planeamento do SICAD — Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e Diretora Clínica e Diretora do Departamento de Tratamento e Reinserção do Instituto da Droga e da Toxicodependência;

De 31 de outubro de 2009 a 20 de junho de 2011 — Secretária Pessoal da Secretária de Estado da Igualdade;

De 1 de junho de 2007 a 30 de outubro de 2009 — Secretária Pessoal da Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

Durante todo o ano de 2007, dá apoio à Responsável em Portugal pelo Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, dando ainda apoio a reuniões no âmbito da Presidência Portuguesa da união Europeia no segundo semestre de 2007;

16 de novembro de 2005 a 31 de maio de 2007 — Secretária Pessoal da Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;

01 de agosto de 2005 a 15 de novembro de 2005 — Secretária Pessoal da Responsável da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica;

22 de janeiro de 2001 a 31 de julho de 2005 — Secretária da Diretora de Serviços do Departamento de Intervenção na Comunidade/Departamento de Prevenção.

Formação profissional relevante para o exercício do cargo

Técnicas de Secretariado — INA, I. P.
Curso completo de Word — RUMOS
Curso Completo ACCESS — RUMOS
8.º Ano do British Council of Lisbon

207588879

Despacho n.º 2250/2014

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete Luís Mário Chincalece, assistente operacional, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

2 - Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei.

3 - Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013.

4 - Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

22 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

ANEXO

Nota curricular

Luís Mário Chincalece, com 53 anos de idade, ingressou na função pública em 27 de outubro de 1998, é assistente operacional, desde 1 de setembro de 2003, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, com funções de motorista.

207588368

Despacho n.º 2251/2014

1 - Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnico especialista o licenciado Sérgio Nuno Agraíno Rodrigues, técnico superior da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para exercer as funções de assessoria jurídica no meu gabinete.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o de adjunto de gabinete.

3 - Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013.

4 - Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

22 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

ANEXO

(Nota curricular)

Dados pessoais

Nome: Sérgio Nuno Agraíno Rodrigues;
Naturalidade: S. Domingos de Benfica, Lisboa;
Data nascimento: 16 de março de 1979.

Habilitações literárias e formação académica:

2004 — Licenciatura em Direito (Menção em Ciências Jurídico-Políticas) — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2005 a 2006 — Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial — Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa;

2006 a 2007 — Curso de Pós-Graduação em Notariado — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional relevante para o exercício das funções

Desde 2013 — Técnico especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública do XIX Governo Constitucional;

Desde 2012 — Técnico Superior a exercer funções na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), na área dos recursos humanos, com especial incidência na legislação aplicável aos membros do Governo e gabinetes de apoio, bem como nos vínculos e carreiras do pessoal das entidades apoiadas pela PCM;

2011 a 2012 — Técnico Superior na Inspeção-Geral das Atividades Culturais, tendo exercido funções jurídicas na área da gestão de recursos humanos e financeiros, com particular enfoque na carreira especial de inspeção e nos regimes específicos de vinculação, avença e tarefa de pessoal no âmbito de entidades tuteladas pela Secretaria de Estado da Cultura;

2008 a 2011 — Consultor Jurídico na área de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com relevo nos estatutos da carreira docente universitária e do ensino superior politécnico, assim como nas carreiras gerais do pessoal das entidades tuteladas pelo Ministério;

2007 a 2008 — Consultor jurídico na área do crédito hipotecário do Banco Santander Totta S.A., em regime de outsourcing;

2005 a 2008 - Conclusão do Estágio com inscrição na Ordem dos Advogados Portugueses e exercício profissional de Advocacia em escritório sito em Lisboa.

Formação profissional relevante:

Frequência de ações de formação em matéria do regime de vinculação, carreiras e remunerações, regime do contrato de trabalho em funções públicas, seleção e recrutamento, sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), sistemas de monitorização, auditoria e controlo interno e Código do Procedimento Administrativo.

207588643

Despacho n.º 2252/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Ana Cristina Martins Baptista, inspetora, em exercício de funções na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., para exercer as funções de assessoria jurídica no meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

22 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Ana Cristina Martins Baptista;
Naturalidade: Lisboa;
Data nascimento: 2 de junho de 1967.

Habilitações:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1985-1990).

Curso Avançado em Gestão Pública — CAGEP (2011).

Carreira e atividade profissional

1993-1996 — Ingresso na AP na carreira técnica superior da Direção-Geral da Administração Pública (DGAP).

1996-1998 — Técnica superior no Gabinete de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente.

1998-2002 — Chefe de Divisão de Gestão do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), com responsabilidade das áreas de gestão de recursos humanos, de contratação pública e património, de apoio jurídico e PIDDAC.

2002-2004 — Adjunta da Secretária de Estado da Administração Pública do XV Governo Constitucional.

2004-2005 — Adjunta da Ministra da Educação do XVI Governo Constitucional.

2005-2007 — Ingresso na carreira especial de inspeção, na Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP).

2007-2010 — Integrada no corpo especial de inspeção da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), afeta às áreas de competências do CCI — Sistema Nacional de Controlo Interno e Coordenação dos Controlos Comunitários e AVA — Avaliação de Intervenções e Entidades Públicas.

2010-2012 — Subinspetora-Geral da Educação, com a responsabilidade de gestão das áreas de Auditoria e Controlo, de Planeamento e Avaliação internos e de Sistemas de Informação.

2012 — Em cedência de interesse público na GeRaP, E. P. E., e na eSPap, I. P., integrada na Direção de Serviços Partilhados de Recursos Humanos, afeta ao Projeto GeRHuP.

Desde 2012 — Técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública do XIX Governo Constitucional.

Participação em reuniões e grupos de trabalho

Grupo de trabalho ad-hoc constituído para rever o Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de fevereiro, criado por iniciativa do Instituto de Informática do Ministério das Finanças — 1997.

Representante do Ministério do Ambiente na 11.ª Reunião da Comissão Intersectorial de Informática — março de 1998.

Participação nas equipas constituídas no âmbito da Reforma da Administração Pública do XV Governo Constitucional para o estudo e feitura de diversos diplomas legais — 2002-2004.

Representante para a área da Administração Pública da delegação portuguesa que procedeu à discussão do Exame à Economia Portuguesa na OCDE — julho de 2004.

Integrou o núcleo de acompanhamento à reforma (NAR) do Ministério da Educação, criado no âmbito da Reforma da Administração Pública — 2004-2005.

Membro do grupo de trabalho do PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado para o Ministério da Educação — novembro de 2005 a junho de 2006.

Representante da Inspeção-Geral de Finanças no grupo de trabalho constituído no âmbito do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços — 2008-2009.

207588619

Despacho n.º 2253/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo secretária pessoal do meu Gabinete, Rita Cristina Martins Pires, assistente técnica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

29 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

ANEXO

(Nota curricular)

Rita Cristina Martins Pires, natural de Penha Garcia, onde nasceu em 12 de setembro de 1976. É assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Formação: 12.º Ano — área D/Humanísticas — via ensino.

Participou em diversas ações de formação e seminários; ministrados pelo INA, ex-Instituto de Informática do Ministério das Finanças e Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Experiência profissional relevantes para o exercício do cargo:

— A 2 de julho de 2013 é nomeada secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública do XIX Governo Constitucional.

— A 28 de junho de 2011 é nomeada secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública do XIX Governo Constitucional.

— De fevereiro de 2008 a junho de 2011 exerce funções de secretariado na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

— De maio de 2007 a janeiro de 2008 exerce funções na Empresa de Gestão Partilhada dos Recursos da Administração Pública, EPE — GeRAP.

— De setembro de 2006 a maio de 2007 exerce funções na Secção de Orçamento e Contabilidade da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

— De dezembro de 2005 a agosto de 2006, junto da Secretaria de Estado da Administração Pública, secretária a Comissão Técnica do PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

— De junho de 2003 a novembro de 2005 exerce funções de secretariado do Conselho de Direção do Instituto de Informática, do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

— De janeiro de 1995 a maio de 2003 exerce funções de secretariado, no Instituto Nacional de Administração, designadamente na organização e preparação das ações de formação.

207588521

Secretaria-Geral**Despacho n.º 2254/2014**

Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Pública, do Decreto Regulamentar n.º 37/2012, de 10 de abril, e da Portaria n.º 112/2012, de 27 de abril, que aprovam a orgânica e a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, e do Despacho n.º 7489/2012, da Secretária-Geral do Ministério das Finanças, republicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 10 de agosto de 2013, que define e implementa a estrutura flexível daquela Secretaria-Geral, conjugados com o disposto nos artigos 24.º a 27.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014, determino o seguinte:

1 — Delego no secretário-geral adjunto, licenciado Adérito Duarte Simões Tostão, as minhas competências relativas:

1.1 — À Direção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, incluindo:

a) Autorizar o pagamento de despesas com custas judiciais até €10 000, com a faculdade de subdelegar até ao limite de €5 000;

b) Autorizar o pagamento das despesas a que refere o Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, até €20 000, com faculdade de subdelegar até ao limite de €10 000.

1.2 — À Direção de Serviços de Arquivos e Documentação;

1.3 — À Unidade Ministerial de Compras;

1.4 — À Divisão de Gestão de Recursos Humanos, incluindo:

a) Celebrar, renovar, modificar e cessar relações jurídicas de emprego público, bem como reconhecer a conclusão do período experimental, com sucesso ou sem sucesso e, no segundo caso, fazer cessar a respetiva relação jurídica de emprego;

b) Autorizar situações de mobilidade, incluindo a consolidação;